



# Rivar

REVISTA IBEROAMERICANA DE  
VITICULTURA, AGROINDUSTRIA  
Y RURALIDAD

Editada por el Instituto  
de Estudios Avanzados de la  
Universidad de Santiago de Chile

## ECONOMIA INFORMAL RURAL E MODELOS ORGANIZACIONAIS NA AGRICULTURA PORTUGUESA, 1850-1930\*



*Economía informal rural y modelos organizativos en la  
agricultura portuguesa, 1850-1930*

*Rural Informal Economy and Organizational Models in the  
Portuguese Agriculture, 1850-1930*

**Vol. 12, Nº 35, 35-51, abril de 2025**

ISSN 0719-4994

Artículo de investigación

<https://doi.org/10.35588/r693tg15>

**Leonardo Aboim Pires**

Universidade de Lisboa

Lisboa, Portugal

<https://orcid.org/0000-0001-6033-350X>

[lapires@ghes.iseg.ul.pt](mailto:lapires@ghes.iseg.ul.pt)

### Recibido

4 de junio de 2024

### Aceptado

14 de agosto de 2024

### Publicado

4 de abril 2025

\* Este texto foi apresentado no *XLI Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social* (FEUC, 16 de julho de 2022). A sua investigação foi financiada pela FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito de uma bolsa individual de doutoramento (SFRH/BD/06506/2020).

### Cómo citar

Aboim Pires, L. (2025). Economía informal rural e modelos organizacionais na agricultura portuguesa, 1850-1930. *RIVAR*, 12(35), 35-51.

<https://doi.org/10.35588/r693tg15>

## ABSTRACT

The aim of this investigation was to identify the relation between informal economy and the organizations created in the agricultural sector during the 19th century and first decades of the 20th century in Portugal. Grounded in these perspectives, a specific focus is granted to the horticulture constituting the core of this analysis. Overall, this article tries to understand to what extent the organizations have influenced socio-economic dynamics in a specific sector. It is concluded that the exclusion of most farmers from the organizational framework helped to perpetuate old and informal forms of economic interaction.

## KEYWORDS

Horticulture, organizations, informal economy.

## RESUMO

O objetivo desta investigação foi identificar a relação entre economia informal e as organizações criadas no sector agrícola durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX. Baseado nestas perspetivas, um foco particular é concedido à hortofruticultura constituindo o núcleo desta análise. De um modo geral, o artigo procura compreender até que ponto as organizações influenciaram a dinâmica socioeconómica num sector específico. Concluiu-se que a exclusão da maioria dos agricultores da moldura organizacional ajudou a perpetuar formas antigas e informais de interação económica.

## PALAVRAS-CHAVE

Hortofruticultura, organizações, economia informal.

## RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue identificar la relación entre la economía informal y las organizaciones creadas en el sector agrícola durante el siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX. Partiendo de estas perspectivas, se presta especial atención a la horticultura, que constituye el núcleo de este análisis. En general, el artículo trata de comprender hasta qué punto las organizaciones influyeron en la dinámica socioeconómica de un sector específico. Se concluye que la exclusión de la mayoría de los agricultores del marco organizativo ha contribuido a perpetuar viejas formas informales de interacción económica.

## PALABRAS CLAVE

Horticultura, organizaciones, economía informal.

## Introdução

Nas vertentes do processo modernizador da agricultura está a criação de um dispositivo normativo e regulatório, conducente a um regime económico funcional, inserido na lógica de mercado e influenciado pela dinâmica da oferta e da procura. Tal fenómeno encontra-se situado, de forma mais presente, na segunda metade do século XIX, período de transformações potenciadoras de uma descompartimentação económica, vocacionada a um estreitamento das relações entre diferentes partes do globo e uma circulação de culturas agrícolas. É aqui que os países europeus e as suas extensões coloniais conseguiram superar as restrições características das sociedades agrárias, abrindo novas possibilidades nos arranjos sociais e no aumento da produtividade. Se este era o quadro internacional, de que forma é que estas premissas se fizeram sentir na economia portuguesa?

Usando como caso de estudo a hortofruticultura, sem esquecer alguns paralelismos com outros sectores agrícolas, neste texto é feita a análise de como as condicionantes organizacionais tiveram implicações socioeconómicas, como na integração dos produtores no mercado. A cronologia escolhida abrange as transformações baseadas na passagem de uma fase de alargamento da fronteira agrícola e de criação de capital físico natural para um ciclo de intensificação da produção associadas a mudanças no campo político, de origem endógena e exógena.

Com condições agrológicas propícias em distintas regiões, a importância económica dos hortofrutícolas portugueses era tangível nas Beiras (maçã), Algarve (laranja-doce e figo), Açores (laranja-doce e ananás), Madeira (banana) e junto ao rio Tejo, nas cercanias de Lisboa e Santarém onde se encontravam os mais variados frutos, das peras aos morangos. Nas zonas montanhosas do Norte a castanha era relevante e no Entre-Douro-e-Minho as nogueiras pontilhavam a paisagem. A soma disto levava os agrónomos a realçar que estas zonas poderiam trazer ao país uma apreciável fonte de receita quando intensificadas estas culturas. Por seu turno, no que concerne à produção de hortícolas, associada à pomicultura, “também possuem e tem escolhido muito boas variedades tanto para as culturas de consumo particular como para as de abastecimento das cidades”.<sup>1</sup> Era nas zonas limítrofes de Lisboa, Porto, Santarém, Setúbal e Faro que se concentrava a principal produção hortícola, onde as hortas eram indispensáveis a todas as explorações agrícolas. Noutras regiões como Trás-os-Montes a cultura da batata era muito relevante.

A escolha para estudar este sector prende-se com o seu dinamismo, transversal à Europa Mediterrânica, cujo sucesso do crescimento das exportações foi possível através de “o aumento dos rendimentos no Norte da Europa e na América do Norte, a diminuição dos custos de transporte e a ausência de guerra” (Critz et al., 1999: 317). Portugal participou nessa conjuntura através da especialização cultural de produtos como a laranja-doce. Mas os fatores explicativos do sucesso de determinados países expuseram as limitações técnicas e competitivas nacionais. Importa averiguar se existe uma explicação do ponto de vista organizacional que possa esclarecer algumas das dificuldades notadas.

A estrutura do artigo projeta-se em três partes. Na primeira privilegia-se a fundamentação

<sup>1</sup> *Boletim da Sociedade Nacional de Horticultura*, 1(2), maio de 1899, 34.

teórica construída sobre o mercado informal no meio rural nas suas articulações com o desenvolvimento do sector agrícola e discute-se a ligação entre a estrutura sociopolítica e as exigências económicas que o progressivo aproveitamento capitalista da terra impunha. Na segunda parte, procura-se apurar da existência de uma relação entre a hortofruticultura e o alcance económico do sector, fazendo um retrato das organizações existentes para o período em foco, elencando as suas principais características, do ponto de vista sociológico e da sua atividade. Por fim, a última parte trata como as organizações foram convocadas para os esforços da inovação técnica e que resistências se situaram neste plano.

Seguindo uma metodologia com o cruzamento de fontes manuscritas dos fundos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e impressas (revistas e jornais agrícolas) permite-se, numa primeira fase, a recolha de dados qualitativos sobre as principais características das organizações estudadas. Em seguida, avança-se com o tratamento de dados expressos na documentação, atendendo às informações sobre o espaço geográfico e o contexto social, pretendendo contribuir para aclarar o conhecimento sobre o panorama organizacional no sector agrícola português e perceber como é que a conjugação destes elementos ajuda a explicar a evolução de uma agricultura inserida em dinâmicas globais. De que forma estas circunstâncias lidaram com a informalidade do mercado é outro dos objetivos centrais neste artigo. Em síntese, é almejado historiar a estruturação de um sector da atividade económica através do surgimento de organismos formais reguladores em consonância com os comportamentos individuais e coletivos detetáveis.

## Elementos caracterizadores da informalidade económica no espaço rural

As sociedades rurais elaboraram sistemas assentes em formas regulatórias informais, cujos elementos caracterizadores conferiam maior liberdade de movimentos ao agricultor no controlo da produção e distribuição dos seus produtos, com consequências na gestão dos direitos de posse da terra, estando esta sustentada na tradição ou na tomada de decisões coletivas. No século XIX desenvolveu-se um novo entendimento da economia na mobilidade e na imaterialidade dos bens e mercadorias. Emergiu um modelo de aproveitamento industrial da agricultura e a especialização produtiva tornou-se na norma, seguindo as condições agroecológicas, com implicações na organização dos sistemas de rotação e cultivo, na estruturação da propriedade e na criação de redes comerciais.

A transição entre um mercado informal para o formal suscitou diferentes implicações, confirmando um panorama em que os pequenos produtores se encontram numa descentralizada rede de relações de poder, colocando-os à margem do mercado. Alguns desses exemplos surgem elencados pelas autoridades coetâneas. Em 1895, em Vila Real, “os trabalhos [agrícolas] são feitos pelos próprios rendeiros, bem como o trabalho da venda dos produtos na praça (que é feita por eles ou pessoa da família)”.<sup>2</sup> O inquérito agrícola de 1909-1910 demonstrava que em Bragança “os mercados são abastecidos, normalmente, por pequenos colheiteiros, apresentando-se muitos, mas em pequenas quantidades”.<sup>3</sup> Léon Poincard considerava que em Portugal “a pequena cultura é, quasi por toda a parte, senhora absolu-

2 Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério das Obras Públicas, mç. 909, número 54, fl. 7.

3 ANTT, Ministério das Obras Públicas, mç. 983, número 58, fl. 1.

ta da terra, de modo que o solo é geralmente cultivado por gente baixa, dispondo de meios mesquinhos e fracos métodos” (Poinsard, 1912: 61).

O autoconsumo que caracterizou estas comunidades gerou tendências produtivas, auxiliadas pela presença de recursos naturais e pela estrutura social local, estabelecendo economias fechadas de base orgânica. No caso da horticultura, esta era definida como “tão necessária” porque os seus produtos “são as principais fontes de alimentação das grandes massas populares”,<sup>4</sup> algo que foi uma constante histórica. Em 1926, um pequeno proprietário rural do Minho afirmava que produzira “muita batata, o que deu em resultado o povo em bastar-se deste tubérculo”,<sup>5</sup> sintoma desse encerramento das unidades produtivas. As comunidades rurais tinham vivenciado experiências de autogoverno, nas normas, práticas e usos dos recursos, confirmada pelas posturas municipais e paroquiais. A perda de dinamismo dos sistemas culturais locais e dos usos coletivos tradicionais é um processo mais recente, estabelecido em meados da segunda metade do século XX.

A existência de um mercado nacional pressupõe uma coerência económica num espaço político delimitado, afirmada “por uma hierarquia de espaços constituintes, funcionalmente diferenciados e articulados, estabelecendo entre si relações de interdependência e complementaridade” (Justino, 1988 II: 253). As integrações comerciais mais amplas eram feitas nas feiras que nas zonas raianas portuguesas perspetivavam Espanha. Na falta de “canais eficazes de penetração no território, a regulamentação é confrontada com interesses locais segmentados e acaba por não produzir os efeitos esperados” (Madureira, 1997: 605). Mais do que interesses, a quebra das redes de solidariedade locais era árdua, surgindo o Estado como uma entidade complementar. No lugar da orgânica organizacional continuaram a funcionar configurações económicas seculares, incrustadas nos contextos rurais.

Na ausência de um mercado interno completamente regulado, a informalidade imperava. Entre as suas características estavam a assimetria no acesso à informação, os custos de transação elevados e a presença substancial de mecanismos extralegais. A uniformização dos pesos e medidas é um indicador da racionalidade que o Estado liberal procurou implementar para uma unificação económica e aperfeiçoamento dos mercados. Todavia, foi uma longa luta e cujos resultados foram matizados. Nos primeiros anos do século XX, tomou-se o exemplo de Freixo de Espada à Cinta (Bragança) onde continuaram a usar-se pesos e medidas antigos “em casas particulares”<sup>6</sup> e não nas feiras e mercados, sinal da ausência de ruturas nas formas de comercialização tradicionais. Através destas ocorrências, a densidade relacional entre os agentes presentes nestas interações económicas (entre produtor e consumidor, sem a presença de intermediários) colocava constrangimentos ao acesso aos proventos da produção agrícola, permanecendo formas pretéritas de comercializar e distribuir. Em síntese, “para quem tem falta de recursos (não só monetários, mas também educacionais ou sociais) a solução formal pode ser inviável” (Hespanha, 2009: 60).

Sobre o mercado de trabalho agrícola, este demonstrava que, apesar da sua unificação jurídica, a unificação económica estava ausente. Entre elas contavam-se as formas de pa-

4 *Jornal Hortícola-Agrícola*, 5(3), março de 1897, 38.

5 ANTT, Ministério da Agricultura, MA 298, cx. 484, maço 2, pasta 1, fl. 25.

6 ANTT, Ministério das Obras Públicas, mç. 983, número 61, fl. 1v.

gamentos laborais e os ativos encontravam-se em regime de trabalho por conta própria, em que as formas de reprodução social pré-capitalistas eram vincadas. A integração dos agricultores por conta própria no mercado dos assalariados ocorria nas tarefas sazonais, como nas vindimas ou na apanha de azeitona, como para os trabalhos de limpeza de terra, plantio de bacelos, abertura de valas e drenagem de pântanos. Estando a maioria da população ativa empregue na agricultura, encontramos uma “persistência de um baixo nível de vida, a que correspondia uma procura interna débil e recursos escassos para o investimento” (Reis, 1993: 12).

Apesar dos testemunhos da época atribuírem o ónus da responsabilidade à irracionalidade, desinteresse ou falta de apetência dos agricultores para a compreensão das vantagens do associativismo, o sistema de produção e a dotação de terra por trabalhador, inibidores de uma maior disponibilidade para integrar as organizações existentes, podem ser vistos como fatores de rigidez do desenvolvimento económico. Numa clara representação social, baseada em subjetividades estruturantes, para alguns pensadores, a informalidade era entendida como rotina. O agricultor rotineiro era definido como “aquele que, tendo meios para seguir melhores processos de cultura, emprega aqueles que viu pôr em prática os seus ascendentes, sem sobre eles fazer a mais pequena reflexão”.<sup>7</sup> O que era pretendido era que “os processos de cultura sejam racionais, em vez de rotineiros, e que as práticas [...] sejam substituídas, ou modificadas pelos métodos e operações”.<sup>8</sup> A Sociedade Agrícola de Faro, fundada em 1872, recomendava que “deve-se por de parte os costumes rotineiros, alterando o sistema de cultivo, plantação e preparação da terra, de harmonia com os conhecimentos das ciências”.<sup>9</sup> As ações tendentes a contrariar este panorama, que eram chegaram a ser rotuladas como a “evangelização do progresso agrícola”<sup>10</sup> e impondo um modelo de modernização, foi esbatendo manifestações características da ordem social rural. Perante isto, as organizações criadas para o sector hortofrutícola apresentar-se-iam como uma forma preferencial para enformar comportamentos dos produtores e ajudar a uma melhoria económica. Esta componente entre organizações e instituições será o próximo tópico a analisar.

## Para uma abordagem organizacional da hortofruticultura

Na perspetiva da nova economia institucional, “as instituições são as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são as restrições concebidas pelo homem que moldam a interação humana” (North, 1990: 1), cuja formalidade pode ser comprovada em códigos de conduta ou normas comportamentais. Para que as instituições funcionem pressupõe-se a existência de um certo grau de coordenação entre os agentes e em que as regras são substitutivas dos preços das relações mercantis. Por sua vez, uma organização é “qualquer entidade coletiva formada por uma estrutura de poder, funcionando com base numa série de rotinas assentes num determinado conjunto de regras” a que se soma “uma cooperação intencional dos seus membros” (Simões, 2004: 600). Daqui nasce a importância da ação coletiva que reside na capacidade de otimizar o acesso dos pequenos produtores aos mecanismos de mercado, sem os custos que uma atitude individualizada teria. A agremiação

7 *Revista Agronómica*, II(8), dezembro de 1857, 129.

8 *Boletim do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria*, I(1), julho de 1853, 20.

9 ANTT, Ministério das Obras Públicas, mç. 870, fl. 18v.

10 *Revista Agronómica*, 3.ª série, II(10), ano 1864, 193.

de produtores pode ser benéfica em três aspetos: “A oportunidade de os pequenos agricultores aumentarem os seus rendimentos provenientes da produção agrícola, da gestão dos recursos naturais e das empresas rurais conexas depende da sua capacidade de participarem com êxito nos mercados” (Markelova et al., 2009: 1).

A forma de coordenação mais exequível seria o mercado onde o bem-estar social podia ser obtido através da competitividade ou de um acesso simétrico à informação. Na economia agrícola portuguesa, a operacionalização destas variáveis era complexa. A transmissão de informação seria dificilmente obtida, uma vez o mundo rural se encontrava impregnado numa dimensão em que o analfabetismo era incontornável. Como demonstrava, em 1906, o Sindicato Agrícola de Ansião (Leiria), “a carência de instrução cria graves embaraços a toda a e qualquer tentativa que se faça para este assunto”.<sup>11</sup> A velocidade da transmissão de informação era lenta ainda que inovações tecnológicas, como a ferrovia, tentassem contrariar essa tendência. A criação de organizações era, assim, algo do interesse dos pequenos produtores pois estes tinham o acesso dificultado a informação sobre preços e tecnologias, conduzindo à distorção de inputs e outputs mercantis, ausência de conexão com os agentes envolvidos no mercado e constrangimentos no acesso ao crédito. A constituição dos sujeitos no mercado, ou seja, o que se poderia denominar como capacidade civil era algo que estava fragmentado, o que se refletia no sucesso ou no malogro das organizações. A escolha racional ficava comprometida porque as estratégias de ação não partiam de informações perfeitas, num contexto previsível e enquadrado pela certeza.

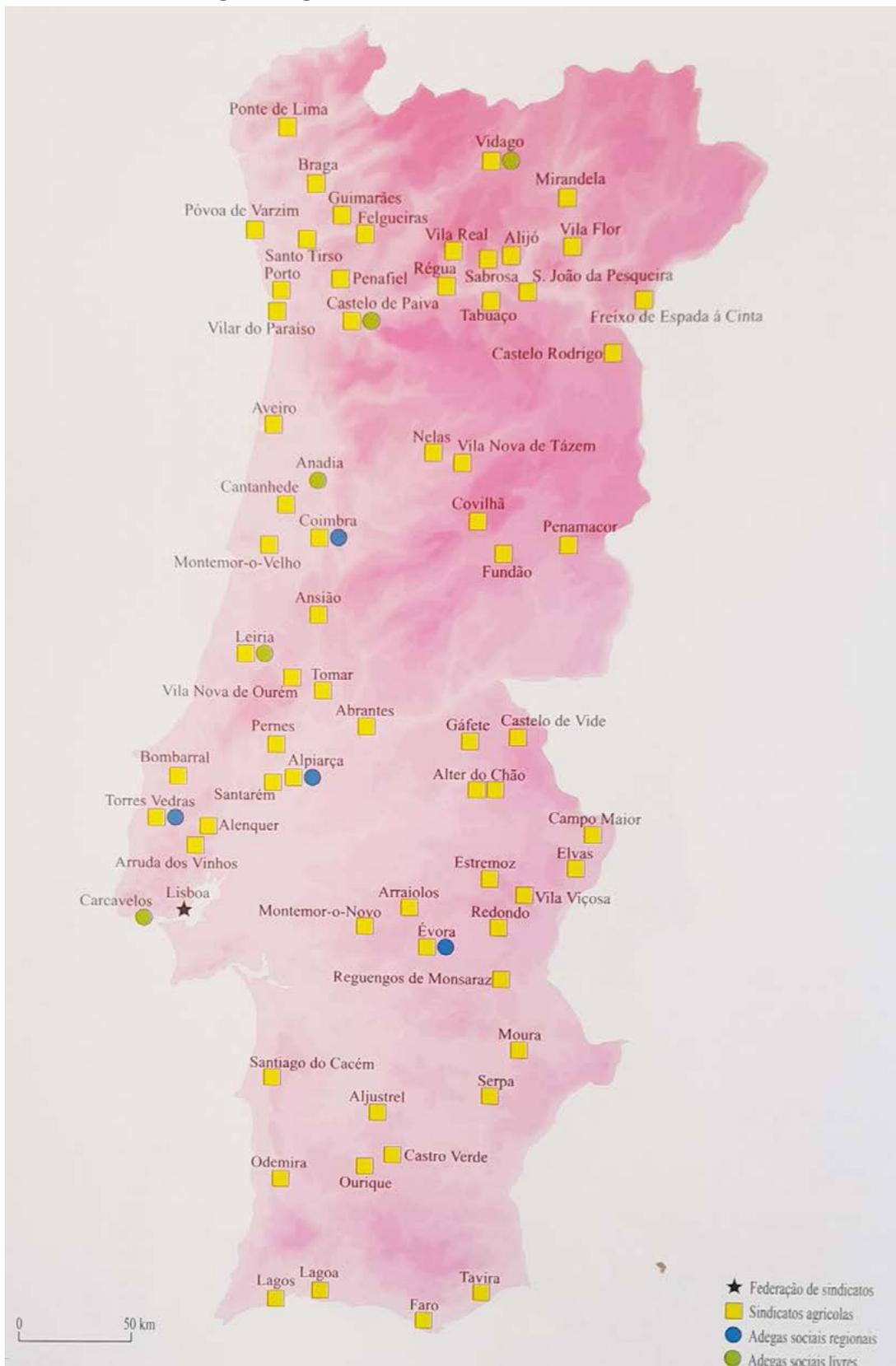
Numa primeira fase, a promoção do associativismo agrícola foi uma forma de colmatar essas falhas, justificada pela intenção do Estado em transformar a vida dos portugueses. Assumido este desiderato, surgiu uma certa estranheza e um hesitante acolhimento das populações locais de alguns pontos do país perante estas ações. Por exemplo, quando foi criada a Sociedade Agrícola da Horta (Açores), em 1848, zona relevante na produção citrícola, a receção dos produtores locais pautou-se pela “indiferença e riso com que recebiam a nova instituição”,<sup>12</sup> o que vai ao encontro da constatação de que a “população rural menos ilustrada apresenta maior retração”<sup>13</sup> ao movimento de associação e integração nestas organizações. Nos finais de Oitocentos, as formas de sociabilidade através das organizações agrícolas podem ser vistas como manifestação da sociedade civil e articuladas com objetivos de incluir todo o espaço nacional. Os sindicatos agrícolas, organizados pelo Decreto-Lei de 5 de julho de 1894, são exemplos dessa atitude. Estavam disseminados um pouco por todo o território, mas com uma cobertura geográfica desigual (Figura 1). Dois momentos são esclarecedores dessa disposição: a crise vinícola de finais do século XIX que levou a que nas regiões vinhateiras de maior expressão, como junto ao rio Douro, se tenham criado mais sindicatos e a publicação das leis protecionistas (1889 e 1899) para os cereais fazendo progredir a atividade sindical no Alentejo e no Ribatejo. Daqui decorre a procura de uma normatividade na qual uma parte considerável da população ativa agrícola se encontrava excluída, onde se agrupavam apenas os médios e grandes agricultores. A definição dos contornos socioeconómicos destes sindicatos ajuda a compreender as pressões exercidas, junto do poder político, motivadora de uma maior atenção pública sobre as matérias cerealíferas e vinícolas.

11 ANTT, Ministério das Obras Públicas, mç. 881, número 20, fl. 1.

12 *Revista Agronómica*, II(8), dezembro de 1857, 133.

13 ANTT, Ministério das Obras Públicas, mç. 909, número 36, fl. 1.

**Figura 1.** Sindicatos agrícolas e adegas sociais (1908)  
*Figure 1. Agricultural unions and social cellars (1908)*



Fonte/source: Marques e Dias, 2003: 410.

O contraponto entre a realidade portuguesa com a europeia era evidente. Desde a segunda metade do século XVIII que o associativismo agrícola em Espanha era mais estruturado com a criação das *Sociedades Económicas de Amigos del País* e em França com as *Sociétés d'Agriculture*, criadas depois de 1789, mas que ganham ímpeto nos anos 1830. Pode-se argumentar que em Portugal, entre o Antigo Regime e o liberalismo, houve um modelo de inspiração iluminista, existente em razão de um paradigma intelectual cujas considerações sobre a economia resultavam numa ideia de progresso científico. Posteriormente, formulou-se um modelo estruturado a partir de grupos de interesses, mudança coincidente com a complexificação do aparelho burocrático do Estado, embora o governo encarasse “quais as necessidades [e] quais os males de que os agricultores se queixam”<sup>14</sup> como um ponto relevante a conhecer.

O agrupamento dos interesses agrários corporizou-se na Real Associação Central de Agricultura Portuguesa (RACAP), fundada em 1860, a qual foi relevante na promoção de um associativismo agrícola inspirado em experiências externas. A sua atuação demonstrou o peso da lavoura cerealífera alentejana e ribatejana, o que relegou outras questões para um plano secundário. Apesar de vinicultura e a olivicultura estarem presentes no seio das discussões da RACAP, a hortofruticultura surgiu diluída, nunca constituindo um enfoque sólido desta associação. Convém não esquecer que “a condição de exclusão ou inclusão de um grupo depender mais do objetivo do grupo do que do carácter da associação” (Olson, 1998: 35). Seguindo este raciocínio, a constituição desta associação ocorreu quando era debatido o regime de admissão temporária de cereais, sendo essa a principal base para a sua existência: pressionar as entidades governativas nas questões da cerealicultura, embora nos estatutos se escudassem numa intenção de estudo e disseminação de informação sobre toda a agricultura nacional. Foram os interesses económicos de grupo que impulsionaram o associativismo.

Os sindicatos agrícolas “não procuraram integrar os pequenos agricultores, ou fatia consistentes dos médios” (Graça, 1995: 173) e o critério de entrada dos produtores no associativismo agrícola era a sua capacidade financeira. Interessante é ver a explicação do Sindicato Agrícola de Castelo de Paiva (Aveiro) para o cariz elitista destas organizações: “Dele fazem parte quási todos os maiores proprietários do concelho; os pequenos lavradores em geral não se associam, para evitar o pagamento das quotas”.<sup>15</sup> A autonomia em que assenta a informalidade do mercado rural pode inibir os produtores para entrar em situações de risco financeiro. Além disso, o estatuto pecuniário dos associados surge como fator reprodutor desta realidade. As instituições perpetuaram um processo normativo que convoca as elites na governança do sistema socioecológico. Daí que em Bragança se tenha verificado a “relutância e desconfiança com que a maioria dos lavradores recebeu a proposta de criar sindicatos agrícolas”.<sup>16</sup> Uma forma de contrapor esta realidade seria uma aposta no interclassismo, o que na prática não se verificou, pois, “no laço sindical, tem-se só procurado unir os médios e os grandes lavradores. Tem sido um erro” (Santos, 1904: 281). O panorama durante a Primeira República pouco se modificou e “é possível que as lutas sindicais e a instabilidade política tenham acentuado, nos anos finais, a vertente conservadora dos

14 ANTT, Ministério das Obras Públicas, mç. 991, número 1, fl. 1.

15 ANTT, Ministério das Obras Públicas, mç. 881, número 31, fl. 1.

16 *Portugal Agrícola*, 18(14), 15 de julho de 1907, 211.

sindicatos agrícolas” (Graça, 1995: 179). A imposição informal de normas foi prevalecente, continuando a funcionar regimes advindos de anos anteriores, uma vez que parte significativa dos agricultores não estavam presentes nas organizações. Ainda assim, “na fase final da Primeira República, em 1923, existiam 260 sindicatos agrícolas, distribuídos por 190 concelhos de Portugal continental” (Pires, 2022: 70).

Não existindo uma clara rutura com a herança oitocentista, é com a emergência do Estado autoritário, nos anos 1930, e a subordinação coerciva do capital e trabalho através do corporativismo, que se alcançou uma maior estruturação com os organismos de coordenação económica. Passou-se da cooperação informal para o controlo, realidade na qual um agente, neste caso, o Estado, teve “o poder de tomar decisões e impô-las aos outros, mesmo contra a sua vontade” partindo de “um terceiro elemento, exterior ao grupo, que comanda e coordena as acções dos agentes” (Pereira, 2008: 30). Só a partir deste momento é que se pode considerar a superação de uma das principais críticas apontadas para as décadas anteriores: “a principal responsabilidade é dos governos, que não auxiliam as tentativas particulares”<sup>17</sup> de criação de sindicatos.

Feita esta análise do panorama organizacional, como é que tal quadro se deteta especificamente na hortofruticultura? O retrato do associativismo agrícola mostrava que “entre nós os governos não se têm preocupado com coisas tão pequeninas, e sociedades de agricultura e horticultura que auxiliem e patrocinem tão civilizadores costumes” e até 1896 “só tivemos uma a Real Associação da Agricultura Portuguesa; em janeiro de 1896 instalou-se no Porto a Sociedade de Horticultura do Porto [...] e em setembro de 1898, com uma exposição de crisântemos, fundou-se em Lisboa a Sociedade Nacional de Horticultura de Portugal”.<sup>18</sup> O escasso número de associações demonstra a falta de uma estrutura organizativa concertada que conseguisse mapear questões e prover soluções para o sector, apenas surgindo propostas, muitas vezes, no plano da iniciativa privada. Antes das mencionadas, foram criadas pelas elites a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, a Sociedade Agrícola Madeirense e a Sociedade Flora e Pomona (Lisboa). Ao nível dos outros estratos sociais, encontram-se a Associação dos Agricultores e Horticultores do Distrito de Lisboa, a Associação de Classe União dos Jardineiros do Porto, a Associação de Classe dos Vendedores de Frutas e Hortaliças Estabelecidos com Lugares em Lisboa e a Associação de Classe Sociedade de Horticultura e Pomicultura de Portugal (Tabela 1).

17 *Portugal Agrícola*, 18(15), agosto de 1907, 225.

18 *Archivo Rural*, 3(35), 1898, 283.

**Tabela 1.** O associativismo hortofrutícola em Portugal  
*Table 1. Horticultural associations in Portugal*

Sede	Nome	Data de criação	Tipologia
São Miguel (Açores)	Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense	1843	Sociedade económico-científica
Madeira	Sociedade Agrícola Madeirense	1850	Sociedade económico-científica
Lisboa	Sociedade Flora e Pomona	1854	Sociedade económico-científica
Lisboa	Associação dos Agricultores e Horticultores do Distrito de Lisboa	1894	Associação de classe
Lisboa	Real Sociedade Nacional de Horticultura de Portugal	1898	Sociedade económico-científica
Porto	Sociedade de Horticultura do Porto	1898	Sociedade económico-científica
Porto	União dos Jardineiros do Porto	1901	Associação de classe
Lisboa	Associação de Classe dos Vendedores de Frutas e Hortaliças Estabelecidos com Lugares em Lisboa	1905	Associação de classe
Lisboa	Sociedade de Horticultura e Pomicultura de Portugal	1910	Associação de classe
Lisboa	Sociedade Pomológica Portuguesa	1927	Sociedade económica-científica

Fonte: elaboração própria. Source: own elaboration.

No primeiro grupo, a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense esteve envolvida na expansão da cultura da laranja e, perante a crise dos anos 1840-1860, declarou que “uma sociedade, que se organizará com o determinado intento de discutir e amparar os interesses agrícolas não podia abandoná-los em crise tão iminente”.<sup>19</sup> Agregando as elites agrárias locais, o seu intervencionismo espalhou-se em palestras, exposições agrícolas e pecuárias, além de ter ajudado à introdução de novas culturas como o tabaco e o chá. Este modelo de substrato científico-económico foi usado noutras regiões pelas restantes sociedades: a da Madeira adquiriu sementes e estimulou o estudo e ensaio de novas culturas; a Flora e Pomona promoveu o melhoramento da horticultura, árvores frutíferas e plantas ornamentais e tropicais com a compra de instrumentos e criação de prémios.

Em 1898, foi criada a Real Sociedade Nacional de Horticultura de Portugal, seguindo o protótipo da *Société Nationale d'Horticulture*. Partia-se do pressuposto que “não só as culturas de hortaliças portuguesas têm especialidades particularmente bem-feitas, mas também possuem e tem escolhido muito boas variedades tanto para as culturas de consumo particular como para as de abastecimento das cidades”.<sup>20</sup> Foi apresentado um plano ambicioso, cobrindo diversas valências, que iam da fundação de uma escola prática de jardineiros e

19 ANTT, Ministério das Obras Públicas, mç. 1008, número 16/1, fl. 1v.

20 *Boletim da Sociedade Nacional de Horticultura*, 1(2), maio de 1899, 27.

hortelãos até a experiências e aclimação de plantas úteis. A realização de exposições e a publicação de um boletim foram alguns dos objetivos alcançados, estabelecendo-se uma rede internacional de contactos com outros agrónomos. Contudo, foram as elites que representavam a grande maioria dos membros da sociedade. Na Sociedade de Horticultura do Porto o mesmo ocorria, sendo de particular interesse a realização, entre 1903 e 1904, de “meetings hortícolas” que era “um meio prático, com certeza de fomentar o desenvolvimento da horticultura portuguesa”.<sup>21</sup>

Sobre as aludidas associações de classe ligadas à hortofruticultura, a sua abrangência territorial não abarcou uma dimensão nacional pois, atendendo à sua natureza legal, visavam classes profissionais específicas. Todas as associações referidas se encontram sediadas nas principais cidades do país (Lisboa e Porto), lidando com problemas do foro laboral, condições de comercialização nos mercados ou o abastecimento alimentar aos centros urbanos.

A Primeira República não modificou a paisagem organizacional existente. Há que reconhecer um esforço por parte dos governos na criação das condições para o diagnóstico dos problemas da agricultura e providenciar soluções através da criação do Fundo do Ensino Agrícola (1917), do Ministério da Agricultura (1918) e da Junta de Fomento Agrícola (1920), para lá das medidas avulsas lançadas na Grande Guerra sobre a organização e distribuição da produção agrícola. Mas os constrangimentos políticos dificultaram a emergência de consequências maiores desse esforço e que não acabou vertido em organizações relevantes. Uma vez mais, a iniciativa privada acabou por ocupar o lugar deixado pelo Estado. Prova disso foi a criação da Junta de Reconstituição dos Pomares de Alcobaça (1912) e da Sociedade Pomológica Portuguesa (1926), na sequência do *II Congresso Pomológico*, realizado no mesmo ano, em Alcobaça.

A estrutura de incentivos (materiais, de sociabilidade ou direcionados) e como estes eram distribuídos nas organizações enumeradas revelavam-se como pouco atrativos. Nos incentivos materiais, um dos efeitos foi a restritiva atribuição do crédito agrícola, algo muito debatido, com constantes pedidos para a revisão da legislação vigente na Primeira República. Embora que a publicação da lei de criação do crédito agrícola de 1911 tivesse levado à proliferação dos sindicatos agrícolas (as caixas de crédito só podiam funcionar anexas a um sindicato), as ditas organizações mantiveram o padrão anterior no que se refere à integração dos pequenos produtores. Essa questão foi contornada através da expansão do movimento associativo nos campos na Grande Guerra sendo nas regiões em que dominava a pequena propriedade que esta fórmula associativa foi mais usada.

Os incentivos de sociabilidade tinham moderado impacto uma vez que o sentido de pertença ou a identificação com um grupo era feito fora das estruturas organizacionais e através de práticas seculares, como era o caso do comunitarismo. Este tipo de organização social, praticado no Minho e Trás-os-Montes, partia de uma homogeneidade cultural que cimentava laços de solidariedade entre pessoas, ajudando à autossuficiência de uma comunidade, o que não justificaria ingerências externas.

Por fim, os incentivos direcionais, onde se incluem os objetivos supra-pessoais da organização, como a aprovação de uma lei, só eram possíveis se o seu foco social fosse transversal, o

21 *Jornal Hortícola-Agrícola*, 11(5), maio de 1903, 66.

que muitas das vezes não ocorreu, em que as vozes ouvidas correspondiam às elites e não à generalidade da população agrícola. Para definir a atuação dos agricultores, pode-se considerar estes se esforçaram para “reduzir dependências e/ou obter um mínimo de segurança existencial através do controlo de recursos disponíveis, nomeadamente conquistando o preservando pelos meios ao seu alcance” (Silva, 1998: 54).

Só com o Estado Novo é que foi criado pela primeira vez um organismo habilitado a lidar com as questões da hortofruticultura: a Junta Nacional de Exportação de Frutas, convertida, em 1936, em Junta Nacional das Frutas (JNF) (Pires, 2018). Num primeiro momento, a preocupação eram os mercados externos, algo assente em critérios específicos para aumentar os níveis de competitividade. Daqui surgiram regulamentos para a exportação de frutas verdes, melões, uvas, cerejas, entre outros, algo plasmado no Estatuto da Fruticultura e Horticultura Nacionais de 1933. Em seguida, através da criação dos grémios obrigatórios da JNF (Tabela 2), uma parte considerável dos produtores deste sector acabaram incluídos dos canais oficiais do mercado, marca de um maior intervencionismo justificada pela responsabilidade em alimentar a Nação num modelo de autarcia. Entre 1934 e 1935 surgiram grémios no Algarve, Açores, Madeira e Vila Franca de Xira, além do Grémio do Comércio de Exportação de Frutas, sediado em Lisboa, mas cuja atuação incluía todo o país. Segundo a legislação publicada, os sócios destes grémios podiam ser entidades coletivas (sociedades comerciais) ou singulares (produtores a título individual).

**Tabela 2.** Os grémios obrigatórios da Junta Nacional das Frutas  
*Table 2. The mandatory guilds of the National Fruit Board*

Nome	Data de criação	Diploma legal	Área de atuação
Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas do Algarve	23/04/1934	Decreto n.º 23791	Faro
Grémio do Comércio de Exportação de Frutas	07/05/1934	Decreto n.º 23829	Todo o território nacional
Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas de São Miguel	17/10/1934	Decreto-Lei n.º 24560	Açores
Grémio dos Produtores de Frutas da Região de Vila Franca de Xira	29/05/1935	Decreto n.º 25425	Vila Franca de Xira
Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira	05/06/1935	Decreto-Lei n.º 25463	Madeira

Fonte/Source: Pires, 2018.

O alcance destes novos espaços era mais abrangente. Todavia, a ampliação das bases sociais não pode ser lida sem ter em conta o facto de que, com o corporativismo salazarista, a integração dos agricultores nestas organizações obedecia a objetivos de controlo sociopolítico. Para efeitos económicos, a sua expansão contribui para a alteração de um quadro que, em derradeira instância, criou modos de integração de economias rurais que até aí, ao nível regional e nacional, não se encontravam tão presentes.

## Espaços organizacionais e evolução tecnológica

Outra questão que deve ser convocada é como as organizações se ocuparam do desenvolvimento tecnológico. Um dos fatores decisivos para isto é a existência de uma estrutura socioeconómica dotada de agentes capazes de promover a mudança tecnológica. A teoria schumpeteriana coloca como condição capital do desenvolvimento económico a existência de elites empresariais atuantes, aptas para apostar na inovação e com capacidade de mobilização de capitais. Este dinamismo deve ser entendido através dos fatores locativos, isto é, das especificidades socioeconómicas das regiões, dependentes das vantagens comparativas estáticas (recursos naturais) e das vantagens comparativas dinâmicas (mão-de-obra) que permitem a fixação de estruturas de mercado nas localidades. Mas o ritmo da inovação para subsistir precisa de mercados com uma dimensão sólida e acesso fácil a recursos e matérias-primas e estas condições foram dificultadas por diferentes razões.

Em primeiro lugar, surgem os custos dos transportes. Em Bragança, nas “freguesias sertas das concelhas de Vinhais, Bragança, Vimioso e Miranda o agricultor não pode fazer concorrência de preço com os seus produtos agrícolas por causa do excessivo custo dos transportes aos centros de consumo”.<sup>22</sup> Esta situação acaba por cristalizar a persistência de circuitos económicos locais. Quando as pequenas unidades de produção gastam os seus rendimentos, há uma predisposição para que os invistam localmente em bens e serviços, “estimulando assim a economia rural não agrícola e criando empregos adicionais” (Hazzell et al., 2007: 8).

Em segundo lugar, a origem estrangeira das máquinas agrícolas e a carência de preparação para lidar com estas. Havia a noção de que “a falta de instrução, existindo, não obstante, terra, capitais e trabalho, desterra o progresso do domínio da indústria rural, e opõe-se à prosperidade deste e à de todas as outras indústrias que delas derivam”.<sup>23</sup> Como os horticultores de Lisboa referiram “o lavrador pouco abastado não pode iniciar-se nos modernos processos do seu mister sem a educação proveniente do ensino oficial”.<sup>24</sup> Para exemplificar, João Biscaia procurou mecanizar a colheita de batatas em Nisa (Portalegre), mas perante a inexistência de máquinas para esse efeito em Lisboa, resolveu “mandar vir uma charrua para a arranca das batatas da fábrica de Rudolph Sack, Leipzig-Plagwitz, ficando satisfeito com o trabalho do instrumento que é bastante simples”.<sup>25</sup> Este caso demonstra a ausência de oferta no mercado nacional de charruas arrancadoras, contrariando a tendência que se encontrava em exposições industriais em França ou Inglaterra.

As práticas agrícolas contavam com uma grande dose de trabalho manual. No Algarve, na colheita de figo, os “das pernas baixas são colhidos à mão; os de cima são colhidos à vara [...] depois são conduzidos para um soalheiro chamado — *almochar* — e colocado aí sobre esteiras de cana ou de funcho”.<sup>26</sup> Na mesma região, o fabrico e conservação de uvas em

22 *Agricultura Transmontana*, I(17), cinco de abril de 1909, 132.

23 *Revista Agronómica*, I(9), maio de 1857, 195.

24 *A Resistência: Órgão dos Agricultores e Horticultores*, 1(10), 16 de maio de 1897, 1.

25 *Archivo Rural*, IV(10), ano 1899, 150.

26 *Portugal Agrícola*, 16(12), 15 de junho de 1905, 177.

passa, tinha, em 1908, um “processo atualmente seguido [que] é bastante rotineiro”.<sup>27</sup> Não podendo o pequeno proprietário “por falta de meios introduzir na cultura as modificações e inovações”,<sup>28</sup> o carácter manual destas tarefas perpetuava-se, conclusões aplicáveis a outras zonas que tinham na hortofruticultura um esteio da sua economia.

Foi nas zonas de grande propriedade do Alentejo que a iniciativa empresarial permitiu a superação de um sistema cultural tradicional, com alterações ao quadro técnico e a difusão de melhorias tecnológicas, de forma lenta, algo explicado pelos fracos resultados económicos obtidos inicialmente e a ausência de mudanças no mercado de trabalho, contando com os assalariados agrícolas. A disponibilidade de capitais existentes no sector dos cereais possibilitou a construção desta dinâmica com o auxílio das organizações. Em Évora, estas agremiações “adquiriram ou alugavam equipamentos (debulhadoras, crivos e destorroadores mais sofisticados, distribuidores de adubos, charruas)” (Fonseca, 1996: 421). Este cenário era algo dificilmente replicável na hortofruticultura pois a compra de máquinas implicava uma imobilização importante de capital num sector cuja principal característica era assentar na “pequena propriedade e como consequência o fracionamento dos fracos capitais de que dispõe a lavoura”.<sup>29</sup> Tendo sido noticiado que em França a compra e emprego de instrumentos agrícolas era feita em conjunto por “pequenos cultivadores [...] auxiliando-se reciprocamente” se concluiu que era “um exemplo bem digno de ser imitado entre nós”.<sup>30</sup> Durante anos a cooperação realizada não era suficientemente inclusiva para que os seus impactos fossem sentidos por uma parte significativa dos produtores hortofrutícolas.

Nas dificuldades em difundir os modernos métodos encontramos situações como em Castelo de Paiva que, em 1906, destacou que “um esmagador de uvas e uma estufa para secar frutos, máquinas estas por completo desconhecidas nesta região”<sup>31</sup> ou em Miranda do Douro, onde, em 1921, “nas lavouras ainda se usa o pequeno arado romano que apenas sulca a terra a uma profundidade de vinte e cinco centímetros. São desconhecidas as mais simples máquinas agrícolas” e perpetuavam-se “processos arcaicos, morosos e caros”.<sup>32</sup> Foi com a Campanha de Produção Agrícola, lançada em agosto de 1930, o Estado incentivou a compra de máquinas, refletindo-se essas opções na hortofruticultura, como um plantador de batatas no 7º Parque Material Agrícola, nas Caldas da Rainha, e sachadores mecânicos para o mesmo tubérculo, ficando claro que “para o agricultor que tiver feito uma sementeira à linha e bem feita que lhe deve meter muito dinheiro na algibeira”.<sup>33</sup>

As questões referentes à modernização da hortofruticultura apontam para fricções técnicas que expressam os freios à inovação tecnológica ou às reações associadas a este processo. Não existindo um suporte organizacional habilitado a incluir os pequenos produtores hortofrutícolas, é possível considerar que a impossibilidade da sua entrada na *technology treadmill* (esteira tecnológica) contribuiu para um atraso nos efeitos de escala das inova-

27 ANTT, Ministério das Obras Públicas, mç. 867, número 35, fl. 1.

28 *Gazeta do Algarve*, I(2), oito de janeiro de 1873, 1.

29 ANTT, Ministério das Obras Públicas, mç. 850, nº 41, fl. 2v.

30 *Portugal Agrícola*, 16(2), 15-01-1905: 30.

31 ANTT, Ministério das Obras Públicas, mç. 881, nº 31, fl. 1v.

32 ANTT, Ministério da Agricultura, cx. 773, mç. 1.

33 ANTT, Ministério da Agricultura, cx. 905, mç. 1.

ções, traduzido num lento aumento da dimensão das unidades e da especialização produtiva. Isso não ocorreu no sector dos cereais pois quando as explorações obtiveram uma certa escala, a utilização dessas máquinas difundiu-se com relativa facilidade. Encontramos um desequilíbrio no processo de modernização “havendo grandes disparidades, tanto em termos regionais, como em relação às diversas produções” (Radich, 1987, p. 67). Uma vez que o investimento técnico era reduzido pela ausência de capitais, mais rapidamente os magros rendimentos eram influenciadores da entrada dos agricultores nos quadros organizacionais supracitados.

## Conclusões

Em síntese, entre os principais resultados desta investigação encontra-se, primeiramente, a demonstração de como a informalidade foi circunstância dominante durante muito tempo nas articulações económicas na agricultura e na apropriação dos recursos. Em segundo lugar, apesar dos benefícios e a concordância com o modelo organizacional não fossem impeditivas da sua liberdade, a adesão dos pequenos produtores às organizações agrícolas teve uma aplicação difícil na realidade portuguesa tardo-oitocentista e novecentista. Os condicionalismos lançados pelos interesses económicos em torno da cerealicultura e da vinicultura, foco primordial da política agrária, obnubilou outros sectores que não tiveram o mesmo respaldo estatal.

Esta primazia económico-política teve consequências nas organizações que foram criadas noutros sectores, como na hortofruticultura. No caso de estudo analisado, nas zonas mais conotadas com esta especialização cultural, a presença de sindicatos agrícolas esteve mais esbatida. Conclui-se que sem um suporte organizacional promotor de um maior investimento técnico, o sector continuou baseado numa dimensão informal que havia caracterizado as relações económicas anteriores e que se haveria de perpetuar, embora a partir dos anos 1930 se detete um esforço em inverter esta realidade. A análise organizacional que neste artigo foi feita pode ser vista como uma linha de investigação futura que, aplicada a outros sectores, permitirão aprofundar o tema do enquadramento regulatório da agricultura portuguesa.

## Bibliografia

Critz, J.M., Olmstead, A.L. e Rhode, P.W. (1999). ‘Horn of Plenty’: The Globalization of Mediterranean Horticulture and the Economic Development of Southern Europe, 1880-1930. *Journal of Economic History*, 59(2), 316-352. <https://doi.org/10.1017/s0022050700022853>

Fonseca, H.A. (1996). *O Alentejo no século XIX: Economia e atitudes económicas*. INCM.

Graça, L.L. (1995). *Propriedade e agricultura: Evolução do modelo dominante de sindicalismo agrário em Portugal*. Tese de doutoramento. Instituto Superior de Agronomia.

Hazzell, P., Poulton, C., Wiggins, S. e Dorward A. (2007). *The Future of Small Farms for Poverty Reduction and Growth*. International Food Policy Research Institute.

- Hespanha, P. (2009). Da expansão dos mercados à metamorfose das economias populares. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 84, 49-63. <https://doi.org/10.4000/rccs.390>
- Justino, D. (1988). *A formação do espaço económico nacional: Portugal, 1810-1913*. Vega.
- Madureira, N.L. (1997). A «sociedade civil» do Estado. Instituições e grupos de interesses em Portugal (1750-1847). *Análise Social*, XXXII(142), 603-624. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.1997142.04>
- Markelova, H., Meinzen-Dick, R., Hellin, J. e Dohrna, S. (2009). Collective Action for Smallholder Market Access. *Food Policy*, 34(1), 1-7. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2008.10.001>
- Marques, A.H.O. e Dias, J.J.A. (2003). *Atlas Histórico de Portugal e do Ultramar português*. CEH/UNL.
- North, D. (1990). *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*. Cambridge University Press.
- Olson, M. (1998). *A lógica da acção coletiva: bens públicos e teoria dos grupos*. Celta.
- Pereira, P.T. (2008). *O prisioneiro, o amante e as sereias: instituições económicas, políticas e democracia*. Almedina.
- Pires, L.A. (2018). *A Junta Nacional das Frutas: corporativismo, desenvolvimento industrial e modernização agrícola no Estado Novo (1936-1974)*. Dissertação de mestrado. Universidade Nova de Lisboa.
- \_\_\_\_\_. (2022). Poderes políticos e a mobilização das elites agrárias no Portugal republicano (1910-1926). *Fragmenta Histórica*, 10, 65-84.
- Poinsard, L. (1912). *Portugal ignorado*. Magalhães & Moniz.
- Radich, M.C. (1987). *A agronomia portuguesa no século XIX: A imagem da natureza nas propostas técnicas*. Tese de doutoramento. Instituto Superior de Agronomia.
- Reis, J. (1993). *O atraso económico português, 1850-1930*. INCM.
- Santos, P.F. (1904). *Guia prático das associações agrícolas em Portugal*. Bibliotheca da RACAP.
- Silva, M.C. (1998). *Resistir e adaptar-se: Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*. Afrontamento.
- Simões, O. (2004). A economia das instituições agrícolas em Portugal: Contributo para um quadro conceptual de análise. *Análise Social*, 39(172), 595-620. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2004172.04>